
UMA LEGISLAÇÃO PARA A NATAL MODERNA: UM ESTUDO SOBRE AS RESOLUÇÕES MUNICIPAIS (1890-1930)

Douglas Albert de Souza Lima
Graduando do Curso de História - UFRN
gouglas@gmail.com

Este artigo objetiva relatar o trabalho desenvolvido no período de julho 2009 à julho de 2010. O descaso e a má conservação de documentos é um problema que há muito tempo vem “reduzindo a pó” as fontes históricas do Rio Grande do Norte.

Documentações oficiais importantes como as atas do Conselho da Intendência Municipal de Natal foram perdidas, e com elas muitos registros sobre a gestão da cidade de Natal. Tendo em vista a importância dessa documentação para conhecermos como se dava a gestão da cidade entre o fim do século XIX e início do século XX, pretendemos resgatar e reunir em uma publicação parte das Resoluções do Conselho da Intendência Municipal de Natal, publicadas de maneira avulsa no jornal A Republica, órgão oficial do governo e outros pequenos jornais da cidade.

Dessa forma, as Resoluções que se encontram fragmentadas nos jornais, quando reunidas, permitiram que percebamos o significado que o espaço público da cidade vai assumindo para os administradores no período em questão. Por meios desses documentos normativos podemos acompanhar aspectos importantes da história administrativa da cidade, como a extensão do poder dos vereadores, o âmbito de sua atuação, as concepções que eles procuram impor sobre usos do espaço, as relações entre gestores e agentes que se encarregam dos serviços públicos como transporte, água, esgotos, energia elétrica etc. e inúmeros outros aspectos fundamentais para se compreender a atuação dos agentes produtores do espaço. Através das resoluções, tomadas em diferentes períodos da administração municipal, percebemos as múltiplas leituras que os administradores faziam da cidade e o papel atribuído aos intendentess em diferentes gestões, assim como o grau de intervenção político – administrativo feitos em Natal em cada gestão.

A reunião dessas resoluções, que eram publicadas segundo numeração em ordem crescente, e a análise que será produzida a partir delas, sobre essa fase da história administrativa da cidade de Natal fornecerá um precioso material para todos aqueles pesquisadores que se dedicam à história da cidade nas primeiras quatro décadas do período republicano.

Desta forma, analisou-se o significado das resoluções municipais e a atuação da Intendência na gestão da cidade de Natal no início do século XX assim como delimitou-se os campos de atuação do Conselho da Intendência na organização do espaço urbano natalense no período citado, considerando-se as relações entre o poder municipal, o governo do estado e os agentes privados.

Numa primeira etapa do trabalho houve por meta encontrar esses documentos, classificá-los e desenvolver as primeiras análises individuais. Para tanto foi-se elaborada uma tabela contendo os seguintes elementos: número da Resolução; lugar e data da publicação; situação em que se encontra o documento (completa / incompleta; legível / ilegível; estado do suporte).

Do ponto de vista metodológico, a primeira ação foi procurar localizar cada Resolução. Para isso, recorreu-se aos relatórios dos presidentes do estado e livros de leis e decretos, almejando encontrar caminhos de identificação dos documentos. Encontrada a Resolução, passava-se a agrupá-las por ordem crescente e de acordo com os períodos de administração municipal.

A princípio, os exemplares do jornal foram pesquisados nos arquivos microfilmados da Biblioteca Central Zila Mamede e no material digitalizado pertencente ao Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Os exemplares que não estavam nesses dois suportes encontram-se no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN) e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Em razão da reforma do prédio do IHGRN, somente a partir de outubro de 2009 foi possível a pesquisa nessa instituição. Numa segunda fase do projeto, houve a digitalização das fontes visando assim a conservação do acervo e assim como a transcrição e digitação das Resoluções da Câmara de Natal. Nesse sentido, foram pesquisados Os Jornais A República, no período de 1911 à 1930

Como resultado já se encontrou mais de 176 resoluções. À medida em que se encontrava as Resoluções, realizava-se também um estudo introdutório e notas explicativas para cada uma delas; através de tais investigações já é possível identificar que a Resolução nº 1 foi emitida no dia 29 de outubro de 1892 e que a última Resolução, provavelmente, foi a de nº 319, emitida a 18 de junho de 1930. Hoje, todas resoluções encontradas estão catalogadas e digitadas.

Durante a investigação colheu-se dados significativos que possibilitaram a compreensão do processo de modernização que atingiu a cidade do Natal no período da Belle Époque. Obtiveram-se dados que vislumbraram novas feições à cidade: a execução do plano para a expansão da cidade; as construções da Ponte de Igapó e do Teatro Carlos Gomes; as preocupações com a ordenação do trânsito; preocupações relevantes no que tange a educação, quem poderia ser professor, quem poderia ser aluno; o cuidado de pensar onde seria depositado o lixo da cidade; quais seriam as datas comemorativas do Estado; entre outras obras realizadas pelo Estado.

Durante a pesquisa, houve alguns problemas no que diz respeito à parte da coleta das resoluções: primeiro, nem sempre as encadernações continham todas as edições dos jornais, ou seja, pode haver resoluções em jornais que não fazem parte do acervo guardado no Instituto Histórico; além disso, há jornais que estão em espera para restauração; e por fim, há anos ou semestres que não estão no acervo do instituto.

Algumas das resoluções não estão completas ou estão ilegíveis, isso também prejudica um pouco o trabalho. Os periódicos que pesquisei foram o de 1911 – primeiro e segundo semestre, - 1912, também primeiro e segundo semestre; além dos do ano de 1918, 1919, 1923, 1924 (segundo semestre), 1925, 1926, 1927, 1928; esses foram mais como uma revisão, pois outros colaboradores, já haviam pesquisado neles.

A realização de leituras sobre o tema e o período abordado e reuniões periódicas permitiu que fossem acrescentadas discussões, com algumas outras fontes teóricas que pudessem auxiliar na ampliação das análises do projeto, levantando mais dados para a contribuição do mesmo. Nesse sentido, essas leituras ocorreram dentro da base de pesquisa “Os espaços na modernidade”, e tinham por finalidade discutir o período em questão, como se dava o pensamento de modernidade, que ações políticas contribuía para isso, que tipo de planejamento as cidades possuíam, que ações políticas eram

realizadas para o processo de modernização da cidade do Natal. Para tanto, foram utilizadas textos como “Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil”, de Dulce Chaves Pandolfi e “O exercício intelectual como atitude política: os escritores-cidadãos”, de Nicolau Sevcenko, além dos projetos de dissertação de mestrado de componentes da base.

As primeiras conclusões mostram que as Resoluções municipais, por um lado, regularam hábitos cotidianos da cidade, indicando os caminhos a serem trilhados pelos cidadãos em diferentes esferas, tais como: higiene, saúde, polícia; e, por outro, apontam as alternativas políticas dos gestores para realizarem as intervenções urbanas e estabelecerem novas regras para os usos do espaço urbano. As Resoluções também indicam que a partir da República um novo olhar foi lançado sobre Natal. Dadas as dificuldades na pesquisa, por diversos fatores, como falta de jornais e má conservação dos mesmos, não foi possível encontrar todas as resoluções.

Ao concluir esta etapa de trabalho pode-se perceber que os estudos das Resoluções abrem muitos campos tanto para a produção de histórias locais no período inicial da República, quanto para a realização de trabalhos que almejem estabelecer comparações entre a organização dos espaços urbanos de diferentes cidades. Para o Grupo de Pesquisa “Os espaços na modernidade” esta pesquisa está tendo um sentido especial: agregar os trabalhos produzidos pelos membros do Grupo. Cada membro ao estudar suas temáticas específicas (cidade, habitação, moradia, infância, divertimento, música, administrações públicas, escolas/ensino) se articulam entre si em torno das Resoluções.

Bibliografia

Fontes:

Jornal A REPUBLICA, Natal, 1890-1930.

LIVROS de leis e decretos do governo do Estado do Rio Grande do Norte, 1890-1930.

Bibliografia:

ARRAIS, Raimundo; ANDRADE, Alenuska; MARINHO, Márcia. O corpo e a alma da cidade: Natal 1900-1930. Natal: EDUFRN, 2008.

CASCUDO, Luís da Câmara. Crônicas de origem: a cidade de Natal nas crônicas

casquianas dos anos 20 (Organização e Estudo Introdutório Raimundo Arrais). Natal: EDUFRN, 2005.

_____. Governo do Rio Grande do Norte. Natal: Livraria Cosmopolita, 1939.

_____. História da Cidade do Natal. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira : INL; Natal : UFRN, 1980.

CICCO, Januário. Como se higienizaria Natal: algumas considerações sobre o seu saneamento. Natal: Atelier Typ. M. Victorino, 1920.

DANTAS, George. Natal, “cais da Europa”: o Plano Geral de Sistematização no contexto da modernização da cidade (1929-1930). Nata, 1988, UFRN (Dissertação de mestrado).

FERREIRA, Angela Lúcia; DANTAS, George. (Org.). Surge et ambula: a construção de uma cidade moderna Natal, 1890-1940. Natal: EDUFRN, 2006.

FERREIRA, Angela Lúcia; et all. Uma cidade Sã e Bela: a trajetória do saneamento de Natal. Natal: IAB/CREA, 2008.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Municipal Brasileiro. 10ª ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

OLIVEIRA, Giovana Paiva de. De cidade a cidade; o processo de modernização de Natal (1893-1913). Natal: EDUFRN 1999.

ROLNIK, Raquel. A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, 1997.

MELLO, Maria Tereza Chaves. No olho da rua: valorização e ampliação do espaço público do Rio de Janeiro na década de 1880. In: MELLO, Maria Tereza Chaves. A república consentida. Rio de Janeiro, 2007. p. 19 a 91.

PANDOLFI, Dulce Chaves. Voto e participação política nas diversas repúblicas do Brasil. In: PANDOLFI, Dulce Chaves; GOMES, Angela de Castro; ALBERTI, Verena. (Org.) A república no Brasil. Rio de Janeiro, 2002. p. 64 a 116.

SEVCENKO, Nicolau. O exercício intelectual como atitude política: os escritores-cidadãos. In: _____. Literatura como missão: Tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2. Ed. (revisada e ampliada). São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 95 a 137.

GIDDENS, Anthony. Poder administrativo, pacificação interna. In: _____. O Estado-nação e a violência. São Paulo: EDUSP, 2008.

GIDDENS, Anthony. Classe, soberania e cidadania. In: _____. O Estado-nação e a violência. São Paulo: EDUSP, 2008.

FAURE, Olivier. O olhar dos médicos. IN: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dir.). História do corpo: Da Revolução à Grande Guerra. Volume II. Petrópolis (RJ): Vozes, 2008.

MOULIN, Anne Marie. O corpo diante da medicina. IN: CORBIN, Alain; COURTINE, Jean-Jacques; VIGARELLO, Georges (dir.). História do corpo 3: as mutações do olhar.

O século XX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

ARRAIS, Raimundo. A capital da saudade: destruição e reconstrução do Recife em Freyre, Bandeira, Cardozo e Austragésilo. Recife: Bagaço, 2006.

JACOBY, Russell. O declínio da boemia. In: _____. Os últimos intelectuais: a cultura americana na era da Academia. São Paulo: Trajetória Cultural: EDUSP, 1990.

BROOKS, David. A ascensão da classe instruída. In: _____. Bubos no paraíso: a nova classe alta e como chegou lá. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.